

RESUMO EXPANDIDO DE REVISÃO DE LITERATURA

Análise Crítica do Presidencialismo como Sistema Político Brasileiro.

Alexia Hiyori Santos Marubayashi, Curso de Direito, Centro Universitário Integrado, Brasil

Raissa do Rêgo Papaet, Curso de Direito, Centro Universitário Integrado, Brasil

Orientador: Prof. Vicente Beur Miranda Lima, Curso de Direito, Centro Universitário Integrado, Brasil, vicente.beur@grupointegrado.br

INTRODUÇÃO

O presidencialismo surgiu com as repúblicas modernas no século XVIII, fundamentado em significativos eventos históricos, como a Revolução Americana, no ano de 1776, e a Revolução Francesa, no ano de 1789, que se consolidou a partir de ideais iluministas de restrição do poder e estruturação do Estado. Nesse âmbito, Montesquieu, importante filósofo francês e pensador iluminista, sistematizou a separação do poder em três categorias distintas: Executivo, Legislativo e Judiciário, buscando impedir abusos de autoridade e garantir o equilíbrio institucional.

No Brasil, o presidencialismo surge com um golpe que derrubou o Império e instituiu uma república presidencialista, por meio da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, iniciando o período que seria lembrado como a República da Espada, marcado por crises econômicas, instabilidade política e autoritarismo militar. Desde o seu princípio no país, o presidencialismo esteve associado à influência de oligarquias de poder, condicionando a nação brasileira a uma percepção limitada de soberania popular.

O presidencialismo, como sistema de governo, oferece à população o direito de eleger seus representantes por meio do voto, possibilitando o exercício da cidadania e da democracia. Através dessa estrutura, o presidente acumula as funções de chefe de Estado e chefe de Governo, atribuindo para si funções administrativas e políticas. Entretanto, a realização dessas funções pode tornar-se dificultosa em razão da dependência do Poder Legislativo.

Após 136 anos da instauração do presidencialismo no Brasil, questionamentos a respeito da capacidade desse sistema político de suprir as necessidades dos cidadãos brasileiros tornam-se cada vez mais recorrentes. Esses eventos corroboram a necessidade de uma análise crítica da estrutura política brasileira e colocam à prova a eficácia do presidencialismo na promoção da estabilidade institucional e do bem-estar social. Dessa forma, o presente estudo busca contribuir para o debate acadêmico acerca da eficiência do presidencialismo como sistema político no Brasil, destacando suas características históricas, institucionais e seus principais desafios contemporâneos.

MÉTODO

Este trabalho configura-se como uma revisão de literatura de caráter narrativo, com abordagem qualitativa. O objetivo foi analisar criticamente o presidencialismo como sistema político brasileiro e seus impactos na governabilidade do país, a partir da reunião e interpretação de informações já publicadas. A metodologia envolveu a leitura e análise de artigos científicos, livros, pesquisas e documentários, com foco em fontes relevantes para o estudo da Ciência Política e do Direito. Entre as fontes consultadas, destacam-se a série documental “Democracia em Vertigem”, de Petra Costa, e materiais disponíveis no site do Senado Federal, que contribuíram para a contextualização histórica e a fundamentação teórica do debate.

CONTEXTO DO PROJETO OU SITUAÇÃO-PROBLEMA

O sistema político presidencialista tem como principal característica a centralização das funções executivas em uma única figura representativa. Inspirado em experiências políticas estrangeiras e baseado em ideais democráticos, esse sistema passou a estruturar a organização do Estado brasileiro. Contudo, apesar de seu fortalecimento no decorrer do tempo, o presidencialismo no Brasil demonstrou, em vários momentos, fragilidade, instabilidade e dificuldades na articulação entre os Poderes Executivo e Legislativo.

Ao longo da história nacional, o presidencialismo apresentou diversos eventos que destacaram as limitações estruturais do modelo, dentre eles, a multiplicidade de partidos políticos e a necessidade constante de negociações entre os diferentes grupos representados no Congresso Nacional contribuíram para a formação de um cenário político complexo e, muitas vezes, marcado por impasses decisórios. Essa situação promove o surgimento de crises políticas, dificulta a aprovação de medidas governamentais e, por consequência, compromete a execução das atividades do Estado na promoção do desenvolvimento social.

Além disso, a ocorrência de períodos de autoritarismo, colapso econômico e escândalos de corrupção amplamente divulgados na mídia contribuíram para abalar a relação de confiança entre os cidadãos brasileiros e os líderes políticos. Diante disso, levantaram-se debates e questionamentos acerca da eficiência do presidencialismo enquanto sistema político capaz de responder às demandas da sociedade contemporânea.

Em vista disso, torna-se indispensável refletir criteriosamente sobre a organização e o funcionamento do modelo presidencial enquanto sistema político. A análise dessa estrutura governamental revela a necessidade de compreender se o mecanismo adotado pelo país é capaz de garantir equilíbrio político, capacidade administrativa e a coerente representação dos interesses sociais. Assim, estabelece-se a seguinte indagação: em que medida o presidencialismo brasileiro tem sido eficaz na garantia do bem-estar político e populacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presidencialismo no Brasil possui características que reafirmam a existência da democracia no Estado brasileiro, porém também evidencia barreiras políticas e institucionais presentes nesse sistema. Esse modelo político foi reafirmado pela população brasileira em 1993, por meio de um plebiscito. Entretanto, a ausência de conhecimento por parte da população acerca de seus representantes levanta o questionamento se essa decisão, de fato, foi positiva para a saúde política no Brasil. Dessa forma, observa-se que o funcionamento eficaz do presidencialismo depende não apenas da estrutura institucional, mas também do nível de conscientização política da sociedade. Portanto, uma nação carente de consciência histórica e política não possui autoridade suficiente para administrar as instituições políticas do país.

Além disso, a pluralidade partidária presente no cenário político brasileiro contribui para a fragmentação do poder político, dificultando a resolução dos interesses sociais. Por sua vez, essa situação dá espaço ao “Presidencialismo de Coalizão”, conceito criado por Sérgio Abranches em 1988, onde o presidente, mesmo com Poder Executivo, precisa formar alianças com múltiplos partidos no Congresso, uma coalizão, para poder governar. A necessidade em atender os diversos interesses partidários leva ao desequilíbrio político, onde acordos podem ser desfeitos, prejudicando a eficiência do governo. Essa conjuntura contribui para o crescimento da polarização política, dessa forma dividindo o país em extremos ideológicos e prejudicando o sistema presidencial.

Outrossim, a política brasileira contemporânea sofreu mudanças significativas após o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016. Esse evento representou uma ruptura política importante e contribuiu para o aumento da polarização ideológica, intensificando as tensões sociais e institucionais no país. Decorrente desse episódio, notou-se a intensificação de um cenário político caracterizado por conflitos de interesses, desordem institucional e desafios na comunicação entre os Poderes Executivo e Legislativo. Esses elementos demonstram que esse período histórico teve um impacto direto no funcionamento do sistema presidencialista brasileiro, afetando a governabilidade e a capacidade do Estado em atender de maneira eficaz às demandas sociais e políticas da população.

Dessa forma, é possível compreender que o presidencialismo, no atual contexto social, é capaz de exercer a ordem democrática, no entanto, a estrutura do sistema e, principalmente, a sua dependência do Poder Legislativo destacam que o sistema presidencial não é mais adequado para a realidade política brasileira. A eficácia do modelo presidencial não depende exclusivamente de sua estrutura formal, mas também da qualidade das relações institucionais, da responsabilidade dos agentes públicos e da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises realizadas no decurso desse estudo, indica-se que o presidencialismo brasileiro é um modelo político que teve um papel importante na consolidação do regime democrático e na estruturação institucional do Estado. A realização regular de eleições e o envolvimento popular no processo eleitoral demonstram que esse sistema possui instrumentos capazes de preservar a democracia e assegurar a continuidade das instituições públicas.

Entretanto, os resultados encontrados neste trabalho também evidenciam falhas no sistema presidencial. A acumulação de funções administrativas e políticas na figura do chefe do Poder Executivo concentra uma grande responsabilidade em um único agente político, o que pode comprometer a gestão eficiente das atividades do governo. Ademais, a necessidade de equilibrar interesses partidários e institucionais torna o processo de tomada de decisões mais complicado, demandando negociações constantes que, em diversas situações, atrasam a execução de políticas públicas e afetam a eficácia das ações governamentais. Nesse cenário, nota-se que esses desafios afetam diretamente a governabilidade e destacam a necessidade de melhorar os mecanismos de cooperação entre os poderes para alcançar maior estabilidade política e atender melhor às demandas sociais.

Por sua vez, conclui-se, então, que o presidencialismo não é capaz de coordenar a estrutura de governo do Estado brasileiro. Embora tenha desempenhado um papel importante no fortalecimento da democracia, as mudanças sociais e políticas que o país experimentou no cenário contemporâneo mostram que é necessário reavaliar seu desempenho em relação às demandas atuais. Portanto, torna-se essencial ampliar a discussão acerca do funcionamento das instituições e analisar se a política brasileira não demanda a adoção de um novo sistema político, capaz de manter a ordem democrática ao mesmo tempo em que proporcione maior qualidade institucional e social à governança do país.

PALAVRAS-CHAVE:

Presidencialismo. Sistema Político. Estado Brasileiro. Estabilidade Política. Governabilidade.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BISCARDE, Tiago. **A problemática da representatividade sob o prisma do pluripartidarismo no Brasil e em Portugal**. JusBrasil, 12 fev. 2020. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-problematICA-da-representatividade-sob-o-prisma-do-pluripartidarismo-no-brasil-e-em-portugal/808867789>. Acesso em: 30 mar. 2026.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Plebiscito de 1993**. Eleições. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos/plebiscito-1993/plebiscito-de-1993>. Acesso em: 20 abr. 2026.

BRASIL. Senado Federal. **Senado Federal**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br>. Acesso em: 30 mar. 2026.

CARVALHO, ADZ. Montesquieu e a releitura da separação de poderes no Estado contemporâneo: elementos para uma abordagem crítica. **Lex Humana (ISSN 2175-0947)**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009. Disponível em: <https://seer.ucp.br/seer/index.php/LexHumana/article/download/21/20>. Acesso em: 20 abr. 2026.

COSTA, Petra. **Democracia em vertigem**. Direção: Petra Costa. Brasil: Netflix, 2019. Documentário. Disponível em: <https://www.netflix.com/title/80175180>. Acesso em: 20 abr. 2026.

TODA MATÉRIA. **República da Espada: entenda o que foi (com linha do tempo)**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/república-da-espada/>. Acesso em: 20 abr. 2026.